

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES COMUTRAN

Aos **19 dias de junho de 2002**, às 19:00h, na Casa da Cidadania, localizada na Rua Souza Franco, nº 474, Centro, Petrópolis, RJ, verificando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quanto bastem para o quorum necessário para o início dos trabalhos, o Presidente do Conselho, HENRIQUE LUIZ GOMES AHRENDTS deu por iniciados os trabalhos, fazendo a leitura da convocação e pauta da reunião, constante no Diário Oficial do Município de 13 de junho de 2002, que é a seguinte: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Discussão sobre gratuidades no transporte coletivo; 3) Discussão sobre regulamentação do transporte coletivo de passageiros, sob o regime de fretamento; 4) assuntos gerais. Foi convidado para secretariar a reunião o Sr. Aguinaldo Augusto de Mello Junior, assessor jurídico da CPT. Passando ao item 01 da pauta, pelo Presidente foi feita a leitura da ata de reunião do COMUTRAN, tendo, a mesma, sido aprovada pelos presentes, com a ressalva feita pelo Conselheiro Washington Estanislau quanto ao fato de que onde se lê: “O Presidente do COMUTRAN informou que o referido item consta nas planilhas encaminhadas pela CPT”, leia-se: “O Presidente do SETRANSPETRO informou que o referido item consta nas planilhas encaminhadas pela CPT”. Passando ao item 02 da pauta, o Presidente do Comutran comentou que desde 1993 acompanha o sistema de tarifa do Município, especialmente no que se refere a gratuidade, surpreendendo-se com os dados estatísticos de 1996 e hoje quando referentes a nº de passageiros transportados pagantes no sistema. Disse que ninguém ganha com isso. A cidade, como um todo, perde. Disse estar pasmado pelo fato de que hoje, temos, no horário de pico, e fora dele, a mesma quantidade de ônibus em trânsito e aos sábados, o mesmo número de carros de durante a semana. Disse que a população apropriou-se dessa situação, ficando difícil alterar esse sistema irresponsável e sem critérios, precisando, agora, todos juntos, revermos esse excesso desnecessário visando pôr fim a política irresponsável do governo anterior, e criando meios para a preservação de energia, meio ambiente e a melhoria do transporte público na cidade. O Presidente do COMUTRAN comentou também sobre um trabalho realizado pelo SETRANSPETRO sobre o assunto gratuidade, convidando, inclusive o presidente daquele sindicato, Sr. Marcos Leandro, a junto com os técnicos da Fundação Dom Cintra, a apresentarem ao COMUTRAN, diretamente, o documento. Disse, ainda, que a CPT pode rever a alíquota de seu gerenciamento se verificar a redução de custos e aumento de passageiros no sistema, sendo o equilíbrio do sistema a meta a ser alcançada. Dando a palavra aos membros do COMUTRAN que quisessem fazer o uso da palavra, o conselheiro SIDNEI RAMIRES (ASTAPE) indagou se a CPT tomará alguma atitude contra as comunidades que, com seus excessos, principalmente de número de veículos em suas

linhas, encarecem o sistema. JOSIMAR (Casa da Cidadania) indagou sobre como se operaria a redução da quilometragem proposta aos sábados e domingos, considerando o grande número de pessoas que, nesses dias, deslocam-se para supermercados e igrejas, aproveitando, também, para indagar se haverá demissões com a implantação do sistema de roletas eletrônicas, que vem sendo proposto. ELSON NOGUEIRA (Sind. Dos Taxistas) questionou se os transbordinhos seriam a solução para o sistema. Retomou a palavra o Presidente do COMUTRAN para esclarecer que, no tocante aos excessos verificados em algumas comunidades, o estudo cuidadoso das características do sistema e de sua operação, permitirá o equilíbrio almejado, citando a mudança de postura hoje da população que inclusive anda a pé para evitar o transporte coletivo, por exemplo, para o deslocamento da Praça Oswaldo Cruz até o Centro. Disse que a 2ª CMTT será o momento crucial de definição de pontos pertinentes ao equilíbrio do sistema, analisando-se a redução de operação e o custo do sistema. Em resposta a indagação do Sr. Josimar, disse o Presidente do COMUTRAN que a redução de quilometragem não seria linear, mas criteriosamente estudada e equilibrada. Disse que não haverá demissões com o sistema de bilhetagem eletrônica, até porque o compromisso do atual governo é com o emprego. Citou o sistema temporal, em uso atualmente em Cabo Frio, com grande êxito. Salientou que não há decisão tomada, mas discutida, o que se espera para este assunto em particular. Respondendo ao questionamento do Sr. Elson Nogueira, após breve explanação sobre o sistema de transbordinhos, disse que entendia que os mesmos não integrariam plenamente o sistema, principalmente pela ausência, em nossa cidade, de locais próprios para a implantação destes. WASHINGTON ESTANISLAU disse que a discussão, hoje, no COMUTRAN não deveria ser a roleta eletrônica e os transbordinhos, mas a apresentação de propostas de redução de impostos às empresas para estabilizarmos o preço das passagens. O Presidente do COMUTRAN disse que a proporção de 11% é pequena em consideração aos 40% de gratuidade e a operação viciada. Conselheiro JOSÉ JORGE questionando sobre a integração tarifária, indagou se a tarifa a R\$1,10 para a Posse, por exemplo, é fator que onera o sistema? O Presidente do COMUTRAN disse tratar-se da tarifa social, decisão do Plano Diretor e conquista da população. GUSTAVO (UniFAMPEM) concorda com a integração do sistema desde que haja planejamento de linhas, salientando que a gratuidade não influencia tanto no valor das passagens, mas a quilometragem. Uma das saídas, segundo o conselheiro, seriam incentivos fiscais para as empresas, aí concordando com o Vereador Washington Estanislau. Disse que a quilometragem percorrida deve ser reduzida para baratear a passagem. GILMAR (CPT) fez breve explanação sobre integração tarifária, dando ênfase aos transbordos de Correias e de Itaipava, integrações físicas do sistema atual. WASHINGTON ESTANISLAU informou que precisaria retirar-se para outro compromisso, deixando, no entanto, registrado seu descontentamento quanto ao aumento, segundo ele,

absurdo de 42% na tarifa dos ônibus executivos, quando a passagem dos ônibus convencionais subiu tão somente 10%. Tomando a palavra, a representante da empresa Transporte São Luiz, Sra. Patrícia Salvini, informou que a empresa está repudiando também o aumento dado e operando seus veículos executivos com tarifa promocional de R\$1,30. O Presidente do COMUTRAN, no uso da palavra, disse que a postura da empresa permissionária é ilegal, estando a mesma sendo multada diariamente por descumprimento de Decreto Municipal. SIDNEI RAMIRES (ASTAPE) pedindo a palavra, disse que em seu entendimento, a tarifa do ônibus executivo deveria acompanhar a bandeirada. RODRIGO WEINZ, estudante, levantou o tema da gratuidade, indagando sobre propostas da CPT e das empresas nesse sentido. O Presidente do COMUTRAN informou que a gratuidade é regida por Lei, citando, inclusive que tramita no Congresso Nacional processo legislativo visando a extinção das gratuidades de estudantes nos transportes coletivos. Disse, no entanto, que quer dimensionar a extensão da gratuidade e equilibrá-la, inclusive compensando redução com concessão, aos sábados até, por exemplo, extinguindo-se, de uma vez por todas, com os excessos. RODRIGO WEINZ, novamente com a palavra, disse que a APE tem proposta de manutenção do atual sistema de gratuidades, ou a concessão de passes em número maior para idas à bibliotecas, trabalhos escolares, entre outras atividades, ou, ainda, extensão da gratuidade para o ensino médio. MARCOS LEANDRO (SETRANSPETRO) disse que a proposta das empresas é a de criar-se receita que pague a passagem para os estudantes. PATRÍCIA SALVINI (Transporte São Luiz) disse que há cidades em que o FUNDEF subsidia a Prefeitura para transporte do estudante. O Presidente do COMUTRAN alertou, contudo, que tal prática, geralmente, em final de governo e em época de eleições, é problemática, a medida em que, o governo deixa de cobrir as empresas, gerando o desequilíbrio. FABIANE (APE) Disse que o trabalhador, pelo que entendeu, é quem paga pelo estudante. Disse que a APE quer defender os estudantes, mas também os trabalhadores, sendo necessária fórmula que não prejudique um em detrimento do outro. JULIO CESAR MENESCAL (ASTAPE) Disse que, em seu entendimento, o estudante tem que passar pela roleta, utilizando-se de carteira e passe estudante, convocando sistema escolar e CPT para fiscalizar o sistema. Quanto ao idoso, entende que o mesmo, ao completar 65 anos tem que fazer a carteira de idoso na CPT. LUCIANA DIAS, estudante ouvinte, disse que o estudante tem direito ao lazer e por isso é a favor da gratuidade ampla. MARCOS LEANDRO (SETRANSPETRO) indagou da representante da APE qual a quantidade de passes necessários durante o mês que atenda a proposta da Associação. FABIANE (APE) respondeu que 70 seria razoável para um início de discussão, que é o que se busca, deixando claro que não concorda com a idéia de trocar a carteira de estudante por um número de passes, mas de discutir a melhor forma de garantia da gratuidade estudantil. RODRIGO WEINZ estudante ouvinte, disse que educação tem a ver com lazer que deve ser garantido pelo

Estado. Tem-se que avaliar o conceito amplo de educação para a discussão da gratuidade. FRANCESCO, ouvinte participante da reunião, disse que o problema maior hoje é a fiscalização do que existe, e essa fiscalização é a maior falha do sistema que coloca, inclusive, o motorista na função de fiscal da gratuidade. O Presidente do COMUTRAN tomando a palavra, disse que o governo não deseja extinguir a gratuidade, mas adequá-la, equilibrá-la, reduzindo custos. Propôs, face ao adiantado da hora, adiar a discussão dos demais temas para uma nova reunião, a se realizar no próximo dia 04/07/02, às 19:00h no mesmo local. A proposta foi aceita por todos, encerrando-se a reunião. Nada mais havendo, encerrou-se a presente que segue assinada pelo secretário e, após a leitura e aprovação de seu conteúdo na próxima reunião, será lavrada no livro próprio.

Aguinaldo Augusto De Mello Junior
Secretário designado

Henrique Luiz Gomes Ahrends
Presidente do COMUTRAN